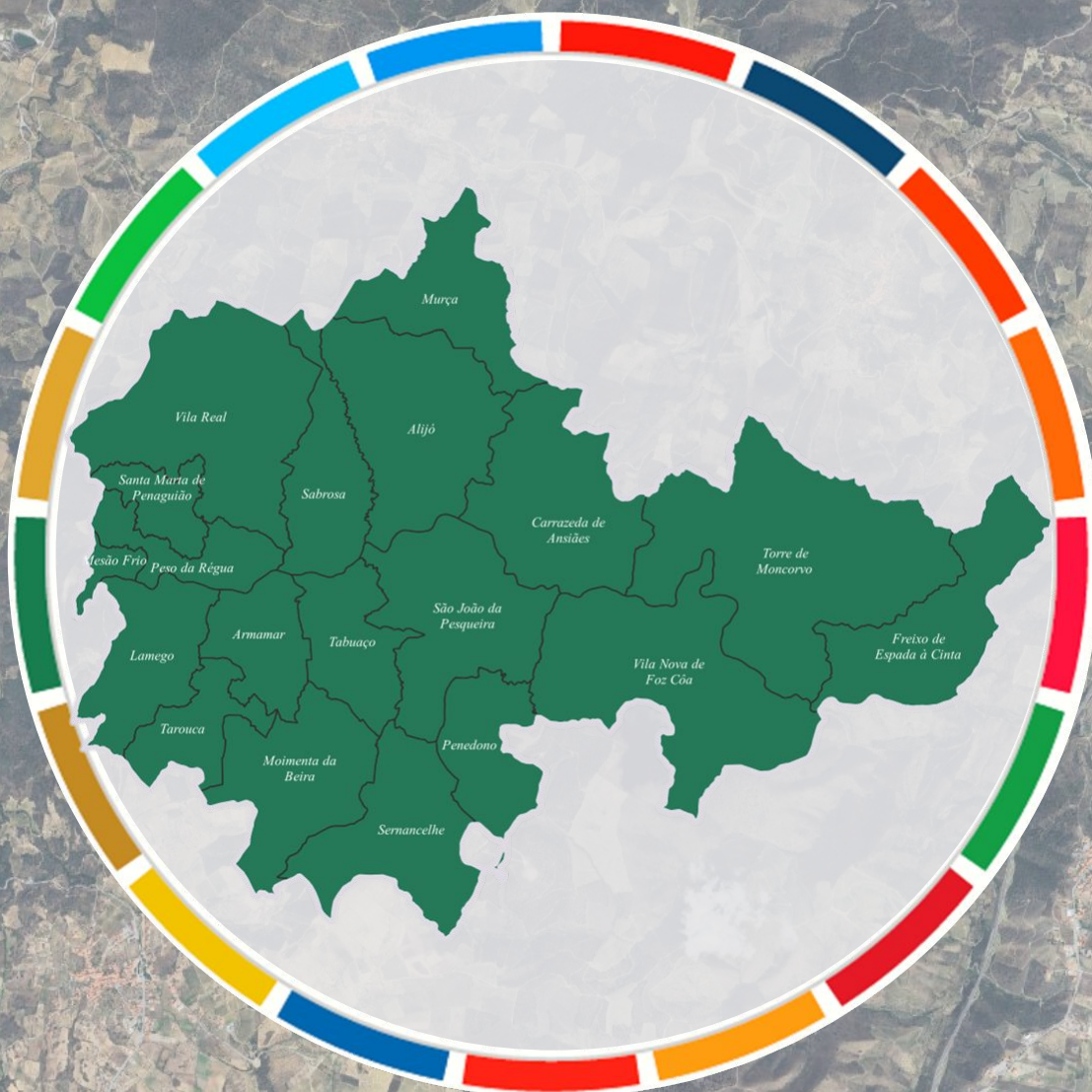


Sessão Prospetiva do Douro

Sumário Executivo



Plataforma Municipal dos
Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável



Mecenas:



Parceiros
ODSlocal:



Introdução

Com o mote “*Pensar o Futuro, Agir no Presente em Contextos Transfronteiriços*”, as Sessões Prospetivas da **ODSlocal - Plataforma Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** têm como objetivo principal aumentar a capacidade de reflexão estratégica de acordo com um padrão de desenvolvimento sustentável e inovador, capaz de resgatar equilíbrios locais, estimulando sinergias e aptidões replicáveis noutros municípios e regiões com características semelhantes. Este ciclo de nove sessões incide nas sub-regiões geográficas abrangidas pelo Programa PROMOVE, desenvolvido pela Fundação “la Caixa” em parceria com a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

A Sessão Prospetiva do Douro

No dia 3 de junho de 2025 realizou-se a Sessão Prospetiva do Douro no Centro Cultural de Vila Nova de Foz Côa, com a colaboração da Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa e da Comunidade Intermunicipal do Douro (CIMDOURO), abrangendo 19 municípios.

A sessão contou com a participação de diversos atores do conjunto de municípios que integram a CIMDOURO. Para além de uma primeira parte expositiva, organizou-se um fórum de discussão com quatro mesas de debate e reflexão, nas quais participaram diversos representantes e membros do poder político e executivo (nacional, regional, sub-regional e local), instituições educativas, empresários e representantes de grupos empresariais e de fundações, bem como diversas organizações da sociedade civil (associações, ONG, IPSS).

A primeira parte contou com três painéis:

O **Painel de Abertura** iniciou a sessão com intervenções de *João Paulo Sousa* (Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa), *Luís Reguengo Machado* (presidente da CIMDOURO e da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião) e *João Ferrão* (Coordenador da Plataforma ODSlocal, CNADS – Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável).



O **Painel I – Desafios e Oportunidades no Douro** centrou-se na exposição sobre o diagnóstico **ODSlocal – as dinâmicas do Douro**, apresentado por *Luísa Schmidt* (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa), destacando sobretudo as dimensões sociais e ambientais.

O **Painel II – Pensar o Futuro, agir no Presente**, dedicado a uma reflexão sobre as perspetivas futuras, caminhos e orientações estratégicas para a sub-região, contou com a participação de cinco especialistas: *Luís Pedro Martins* (Presidente da Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte), *Teresa Albuquerque* (Presidente do Conselho de Administração da Fundação da Casa de Mateus), *Thierry Aubry* (Fundação Côa Parque), *Edna Cabecinha* (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro) e *Mateus Nicolau de Almeida* (Adega do Sável).

A **segunda parte** foi dedicada à realização de um *workshop* participativo – **Fóruns de Discussão sobre o Douro** – onde os participantes e representantes das diversas entidades integraram diferentes mesas de debate e reflexão em função da sua área de atividade: a) Administração local e regional; b) Património Natural e Paisagem; c) Desenvolvimento local; d) Património Cultural e Turismo. Num ambiente de diálogo foram discutidas ideias, apontando caminhos no âmbito da Agenda 2030 e fortalecendo a capacidade de resposta aos atuais e futuros desafios da sub-região.

Diagnóstico ODSlocal do Douro

A avaliação de desempenho dos municípios em relação aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) está dependente quer do conjunto de indicadores integrados na [Plataforma ODSlocal](#) associados a cada ODS, quer da medição da distância verificada entre os valores-base dos indicadores (de 2015) e os respetivos valores-meta estipulados para 2030. Estes valores são expressos em percentagem, indicando o progresso atual dos municípios perante o horizonte de 2030.

Figura 1 –
Desempenho médio dos
municípios do Douro
por ODS

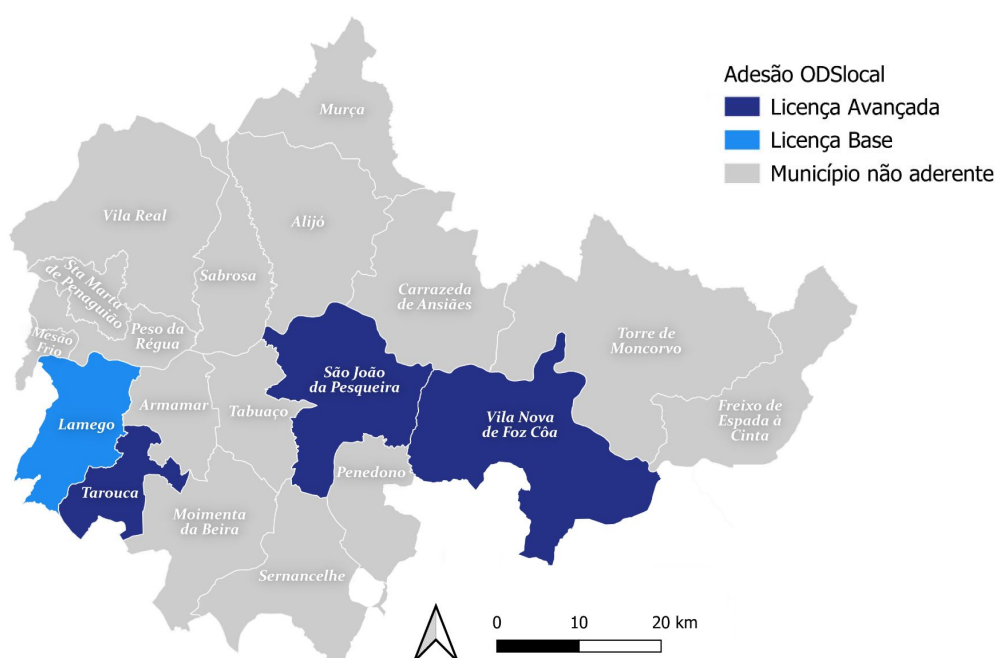
(1º semestre de 2025)



O desempenho médio dos municípios da sub-região do Douro é de 56% (primeiro semestre de 2025). Discriminando o respetivo desempenho por cada um dos 17 ODS ([Figura 1](#)), salientam-se, com melhores resultados, o **ODS 4 – Educação de Qualidade** (80%), o **ODS 6 – Água Potável e Saneamento** (77%) e o **ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis** (71%).

No que diz respeito à adesão à Plataforma ODSlocal ([Figura 2](#)), entre os 19 municípios que integram a sub-região do Douro, três são subscritores da modalidade de licença avançada (Tarouca, Vila Nova de Foz Côa e São João da Pesqueira), e um município enquadra-se na versão base (Lamego). Neste sentido, apesar da totalidade dos municípios serem abrangidos pela análise de indicadores ODSlocal, a maioria não usufrui dos serviços e ferramentas disponibilizados pela Plataforma.

Figura 2 –
Adesão à
Plataforma ODSlocal
no Douro



Para além da monitorização contínua de Indicadores de Referência municipais, abrangendo a totalidade do território nacional (continente e ilhas), a Plataforma ODSlocal contempla ainda o registo georreferenciado de iniciativas que contribuem para a implementação da Agenda 2030: [Projetos locais](#) e [Boas Práticas Municipais](#).



Promotores: Câmaras Municipais

Mapeamento: Técnicos Municipais registados no Portal ODSlocal

Âmbito Geográfico: Localização específica ou abrangendo todo o município



Promotores: Entidades coletivas exceto municípios

Mapeamento: Formulário aberto, mediante cumprimento de requisitos

Âmbito Geográfico: Localização exata e georreferenciável

Até à data da recolha de informação, 22 de maio de 2025, encontravam-se mapeadas no portal, 94 Práticas Municipais e 12 Projetos locais na sub-região do Douro.

Figura 3 – Contributo das Boas Práticas municipais para os ODS no Douro (maio de 2025)



Avaliando o contributo para os ODS das 94 Boas Práticas Municipais mapeadas, verifica-se que têm impactos positivos sobretudo nas áreas de ação social (**ODS 10 – Reduzir as Desigualdades**, **ODS 1 – Erradicar a Pobreza**) e governança para a sustentabilidade (**ODS 17 – Parcerias para a Implementação dos Objetivos** e o **ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis**). Por sua vez, menos beneficiados pela Boas Práticas, encontram-se acima de tudo, os **ODS 7 – Energias Renováveis e Acessíveis** e **ODS 14 – Proteger a Vida Marinha**, este último correspondendo no caso do interior do país a práticas ligadas ao saneamento básico e linhas de água.

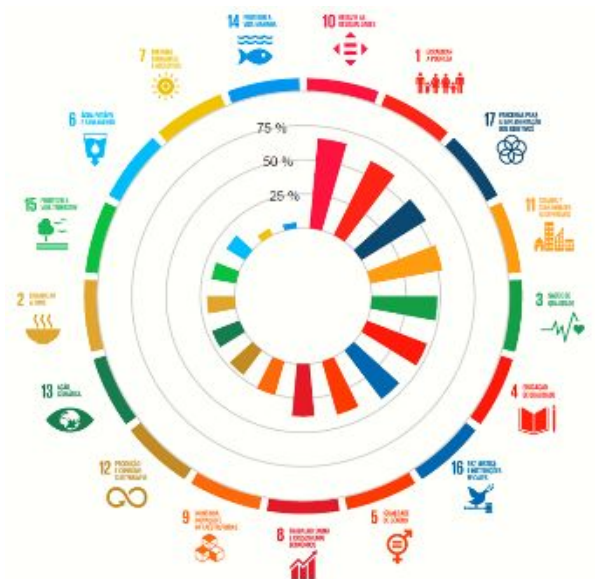
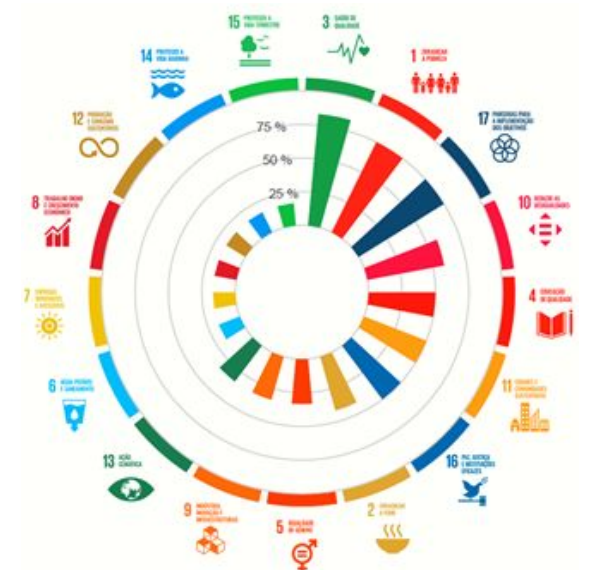


Figura 4 – Contributo dos Projetos locais para os ODS no Douro (maio de 2025)



Quanto ao conjunto de 12 Projetos registados no Douro, os três ODS mais beneficiados são os **ODS 3 – Saúde de Qualidade**, o **ODS 1 – Erradicar a Pobreza** e o **ODS 17 – Parcerias para a Implementação dos Objetivos**.



Painéis de Peritos

Na reflexão conjunta promovida no **Painel II – Pensar o Futuro, agir no Presente** numa perspetiva mobilizadora da sub-região do Douro, **Edna Cabecinha** (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro) salientou a **elevada importância das áreas protegidas e/ou classificadas do Douro**, pelas suas mais-valias naturais/culturais e serviços de ecossistemas que prestam às comunidades, e defendeu a **aposta no “restauro dos ecossistemas, na preservação da biodiversidade e da agrofloresta”**.



A este nível, referiu que **as parcerias são fundamentais**, incluindo a UTAD e os seus centros de investigação, o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e os municípios. Por outro lado, alertou para os excessos na expansão da monocultura da vinha, não preservando os mosaicos com vegetação autóctone, essenciais para a conservação da água e dos recursos hídricos. Foram também referidos os casos de compra e união de diferentes propriedades de vinha, sendo eliminadas as zonas-tampão e bordaduras de vegetação (incluindo oliveiras e amendoeiras) que separavam os terrenos, empobrecendo a diversidade paisagística e a biodiversidade. Em conclusão, e referindo que uma das limitações desta sub-região é a **desarticulação entre instituições**, a oradora considera **“fundamental trabalhar em conjunto para um desenvolvimento mais sustentável da região”**, pensando e gerindo o território com o envolvimento dos agentes locais.



Em concordância, **Mateus Nicolau de Almeida** (Adega do Sável), enólogo e produtor de vinha em modo biológico, defendeu, quer a importância do sistema de **policultura tradicional** – a vinha associada à diversidade paisagística, com amendoeiras, oliveiras, pereiras, entre outras espécies –, quer a aproximação do setor da produção vitivinícola à **“agricultura biológica, biodinâmica, biodiversa, com uma ligação maior com a natureza que nos envolve”**.

O orador salientou que **“é importante viver no local, estudar e entender a região e não gerir as quintas ao longe”** e destacou a necessidade de **profissionalização do setor**,

abrangendo produtores e trabalhadores, sugerindo a criação de **“cursos profissionais, em todos os concelhos do Douro, dirigidos a estudantes, adultos, imigrantes”**. Por outro lado, o produtor criticou a plantação desmesurada de vinhas nas últimas décadas e a ausência de critérios nas emissões de novas licenças, que contribuíram para um excesso de produção, e sublinhou que **“os pequenos produtores devem ser protegidos.”** Defende, assim, que estratégias **futuras** devem apostar nos **vinhos de alta qualidade e diferenciadores** (devido aos diferentes “climas” do Douro) e na **sensibilização para a valorização** deste território, da agricultura biológica e do turismo sustentável.

Por sua vez, **Thierry Aubry** (Fundação Côa Parque), sublinhou a importância de formar **sinergias sustentáveis** que promovam o desenvolvimento local e a valorização do património histórico, cultural e natural na sub-região, destacando a **criação de estruturas** (como o Museu Côa Parque) e de **experiências de visita**, com implicações económicas diretas e criação de empregos. Para tal, salientou a necessidade do reforço da **oferta de formação** nesta área de intervenção e dos **suportes institucionais**, e destacou a **comunicação e educação cultural** como aspetos centrais.



Realçou, ainda, a importância da **ligação entre ciência e sociedade**, do conhecimento científico associado ao património cultural e, não menos importante, da relação com o **património natural** envolvente, que deve ser conservado. Neste contexto, **Thierry Aubry** destacou o potencial da **educação enquanto via estratégica para o desenvolvimento** da sub-região, aproximando a população residente do seu património histórico, cultural e natural, tornando cada habitante num **“embaixador”** e defensor deste território. Neste âmbito, defende que a produção científica e pedagógica do Parque Arqueológico do Vale do Côa, classificado como Património Mundial pela UNESCO, deverá ser integrada nos programas educativos locais, regionais e nacionais.

Segundo *Luís Pedro Martins* (Presidente da Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte) **o setor do turismo deverá ser mobilizado** para contribuir para a valorização dos patrimónios do Douro, **em prol do desenvolvimento sustentável**. Defende, assim, a importância da **certificação ambiental** dos operadores e que seja aplicada uma **taxa turística**, cujas mais-valias deverão ser direcionadas para a proteção da paisagem e aumento da qualidade de vida das populações, melhorando infraestruturas e serviços públicos.



Por outro lado, salientou a aposta no enoturismo, realçou a necessidade de haver mais locais de interesse turístico privados abertos à visita, e defendeu a importância de uma **complementaridade entre os 19 municípios da Comunidade Intermunicipal**, a nível de infraestruturas e oferta turística.



Por último, *Teresa Albuquerque* (Presidente do Conselho de Administração da Fundação da Casa de Mateus) realçou que o Douro *“é feito de milhares de pequenas quintas, com quase 20 mil produtores, a maioria deles de muito pequena escala”*, uma fragmentação que *“origina divisões e dificulta a capacidade de encarar e resolver os problemas”*. Como conciliar as partes, é, segundo a interveniente, um *“problema de **inteligência coletiva**”*, sendo necessário reforçar a **cooperação entre entidades** da CIMDOURO e apostar em **estratégias eficazes de coesão territorial**, referindo que as políticas têm de *“acompanhar uma visão coletiva desta realidade, permitindo mitigar os*

problemas e criar a possibilidade de um novo Douro”. Neste sentido, sublinhou o papel de polos agregadores como a Casa Mateus, na sua articulação com várias entidades nas áreas culturais, ambientais e científicas. Por outro lado, considera crucial um maior investimento em **educação e desenvolvimento de competências críticas** necessárias para a região, como é o caso da formação na área de gestão, e salientou a importância de os ‘novos trabalhadores’ *“compreenderem o Douro, as populações locais, a sua história, a sua cultura”*, cuja **profissionalização, associada à formação, é um dos instrumentos fundamentais para criar coesão e maior valor acrescentado aos serviços do Douro**.

Fóruns de Discussão

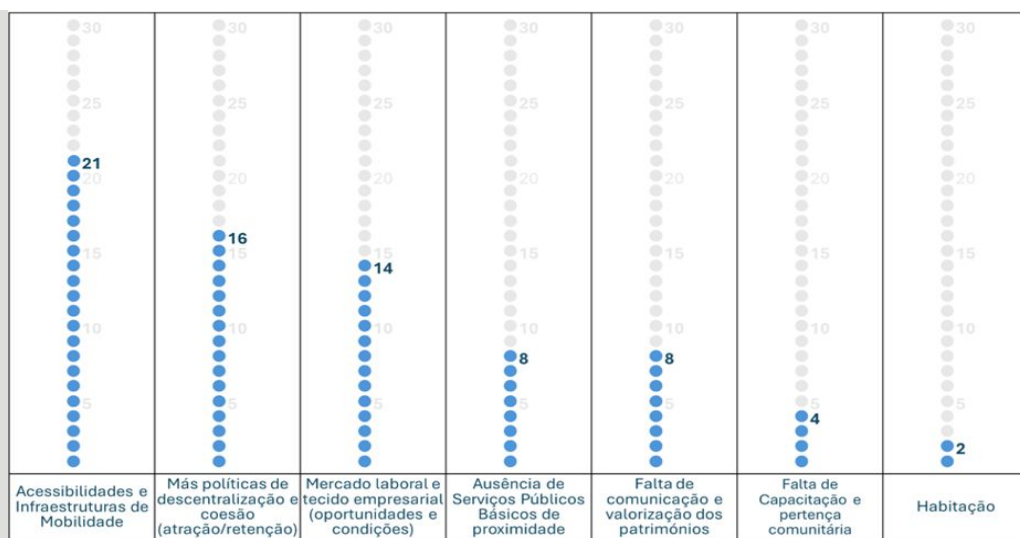
Numa reflexão conjunta sobre o presente e o futuro do Douro, os participantes, que representaram diversas entidades da sub-região, **identificaram problemas e procuraram definir caminhos para um desenvolvimento mais sustentável**, mobilizando as suas experiências e conhecimentos, bem como a informação exposta nos painéis de peritos.

Nesta troca de impressões e opiniões, os moderadores das mesas, mediante um guião temático pré-estabelecido, mas flexível, convidaram depois os participantes a posicionarem-se em diagramas temáticos que resultam na representação gráfica do conjunto de respostas. Com base nesses diagramas, apresentamos uma análise sintética dos resultados relativos a temas como o despovoamento, os impactos das alterações climáticas, a priorização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e uma análise SWOT da sub-região.

Demografia e fatores de despovoamento

Na reflexão sobre os principais fatores responsáveis pelo despovoamento da sub-região, os participantes identificaram e votaram nos que consideram mais relevantes (*Figura 5*). As **carências no mercado laboral**, em termos de oportunidades e condições, e as **carências e fragilidades nos Serviços Públicos e Infraestruturas** surgem como os principais fatores negativos elencados pelos participantes das quatro mesas de discussão. Seguidamente, assinalou-se a **desvalorização e estigmatização do Interior**, acompanhada por **más políticas de descentralização e coesão**, nomeadas pelos participantes como uma ‘*regionalização imposta*’. Por último, surgem fatores que foram considerados menos prioritários, como a fragilidade do associativismo e a fraca oferta habitacional, ambos selecionados apenas uma vez.

Figura 5 –
Os fatores mais importantes para o
despovoamento da sub-região
(total das 4 mesas)



Elencados os principais fatores de despovoamento, como atrair e fixar residentes e jovens neste território? As respostas mais consensuais apontam para o **reforço de medidas de incentivo** (fiscal e outras) para atrair e reter tanto a população como empresas, o reforço do **mercado habitacional**, a **valorização do património natural e cultural** da sub-região e a formação de uma **marca territorial** e de uma **estratégia de comunicação** para desconstruir o ‘*estigma do Interior*’. Neste âmbito, foi defendida a importância de produzir materiais de comunicação que relatem a experiência de jovens provenientes de centros urbanos que tenham optado pelo interior, destacando:

“Testemunhos que possam demonstrar que as pessoas também podem viver bem por cá. (...) Podemos ter aqui excelentes condições e formas de vida muito mais estáveis e não estressantes como nas grandes cidades.”



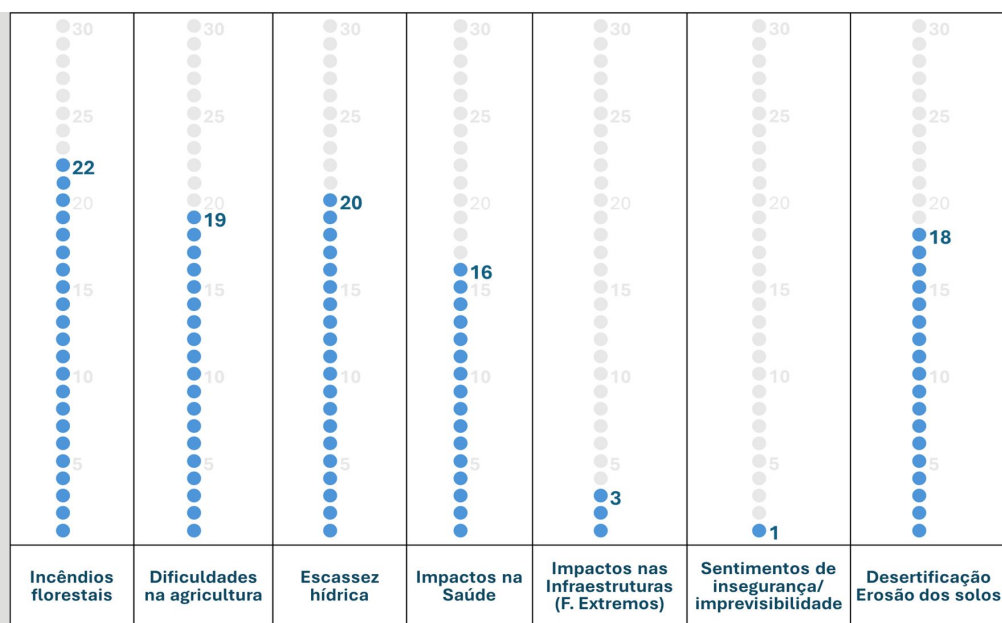
Temas abordados nas mesas de debate e reflexão

- Demografia e fatores de despovoamento
- Impactos das alterações climáticas na região
- Energias renováveis
- Áreas classificadas e/ou protegidas
- Comunicação e transição digital
- Cultura e património histórico
- Cooperação transfronteiriça com Espanha
- Principais forças e fraquezas, ameaças e oportunidades do Douro (SWOT)
- ODS adotados como prioritários

Impactos das Alterações Climáticas no Douro

Entre os principais impactos das alterações climáticas, os participantes destacaram sobretudo o incremento de **incêndios rurais, a escassez hídrica, dificuldades na agricultura e a desertificação e erosão dos solos**. Seguem-se, ainda com grande expressão, os **impactos na saúde**, particularmente devido às ondas de calor. Por fim, os dois impactos menos referidos foram os **impactos nas infraestruturas** derivados de fenómenos atmosféricos extremos e **sentimentos de insegurança** causados pela imprevisibilidade associada aos efeitos futuros das alterações climáticas.

Figura 6 –
Principais Impactos das Alterações
Climáticas na sub-região
(total das 4 mesas)



No que diz respeito a **medidas de adaptação às alterações climáticas**, os participantes destacaram o **nexus entre água, agricultura e energia**. De facto, três das quatro mesas identificaram soluções baseadas na natureza, sublinhando a **gestão ativa da floresta e a adoção de práticas agrícolas sustentáveis**, em prol da retenção hídrica e da resiliência dos ecossistemas - *“a adaptação das variedades e das espécies às condições edafoclimáticas: escolher as espécies autóctones mais resilientes, quer seja para a agricultura, quer seja para a floresta”*. Foram também referidas medidas como a rega gota-a-gota e a redução das explorações vitivinícolas intensivas. Destacou-se, ainda, a importância do **planeamento urbano**, quer na reutilização das águas residuais e pluviais, quer na aposta na arborização dos espaços públicos para melhorar o conforto térmico, sobretudo perante o aumento das ondas de calor.

Quanto aos impactos na saúde perante temperaturas extremas, referiu-se a problemática da **pobreza energética** no Douro, relacionada com **desigualdades socioeconómicas**. Neste contexto, foi sublinhada a importância de **reajustar os regulamentos do Fundo Ambiental** para eliminar barreiras que afetam as populações mais vulneráveis, como a complexidade burocrática do processo e o ónus financeiro suportado pelos candidatos antes da concessão de apoios, bem como **reforçar os direitos laborais dos trabalhadores** de setores mais afetados pelas temperaturas extremas, adaptando-os às exigências climáticas.

Energias renováveis e Áreas Classificadas

No contexto das energias renováveis e das comunidades energéticas, e reconhecendo o contributo da sub-região do Douro em matéria de **energias renováveis** (via barragens hidroelétricas, aerogeradores e painéis solares), os participantes sublinharam o potencial de comunidades energéticas de autoconsumo em pequenos núcleos, sendo consensual a preocupação de se **evitar a ‘hiperconcentração’ de centrais fotovoltaicas** pelos seus impactos na natureza e paisagem, considerado por alguns participantes como um *“crime ambiental”*.

E qual a importância atribuída pelos participantes às áreas classificadas e/ou protegidas do Douro, e o seu papel estratégico no futuro deste território? Os participantes **valorizam o património natural do Douro**, considerando a importância das suas áreas protegidas e de Rede Natura 2000, como essencial para o desenvolvimento sustentável da sub-região, identidade e qualidade de vida, mas criticam a gestão insuficiente, a falta de investimento e a fraca sensibilização pública.

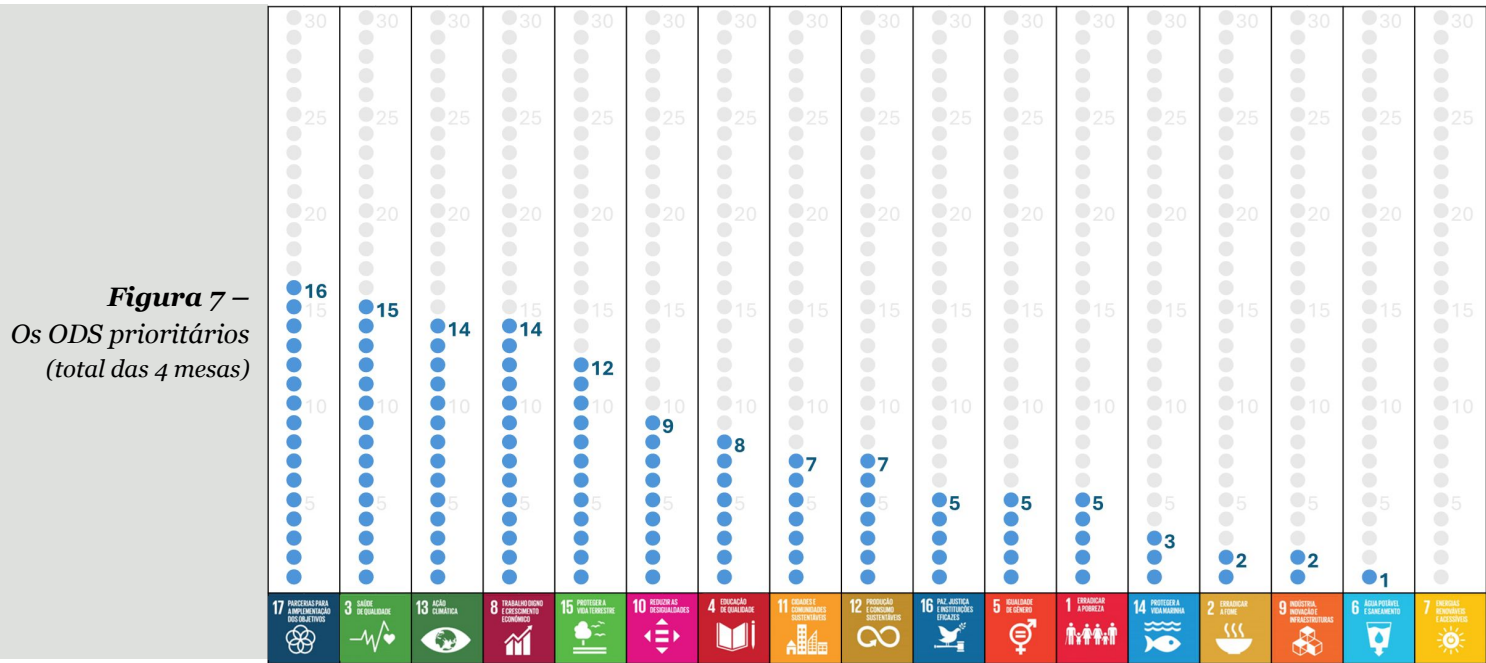
Apesar disso, reconhecem os benefícios das estruturas de cogestão das áreas protegidas e o potencial do turismo sustentável, alertando para práticas insustentáveis que degradam a paisagem e não beneficiam as populações, com destaque para os operadores marítimo-turísticos:

“A exploração desenfreada do Rio Douro por causa do turismo, incluindo a poluição do rio vai refletir-se muito nos solos e na água [... Ainda] não estamos a sentir os impactos, mas não tarda muito iremos sentir”

ODS Prioritários no Douro

Solicitou-se também aos participantes que indicassem que Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) consideravam prioritários para a sub-região do Douro.

Os cinco ODS destacados como prioritários foram o **ODS 17** – *Parcerias para a Implementação dos Objetivos*, o **ODS 3** – *Saúde de Qualidade*, o **ODS 13** – *Ação Climática*, o **ODS 8** – *Trabalho Digno e Crescimento Económico* e o **ODS 15** – *Proteger a Vida Terrestre*.



Se compararmos estas escolhas com os resultados dos Indicadores de Referência da Plataforma ODSlocal apresentados no *Diagnóstico ODSlocal do Douro*, salientam-se algumas tendências dominantes.

Em primeira instância, a priorização atribuída pelos participantes ao **ODS 13** – *Ação Climática* e ao **ODS 8** – *Trabalho Digno e Crescimento Económico* espelha a necessidade de investir em áreas cujo desempenho se revelara aquém das metas para 2030 na sub-região (com os valores respetivos de 35% e 44%). De forma coerente, os ODS com melhor desempenho na Plataforma ODSlocal não se situam entre os mais priorizados: casos do **ODS 4** – *Educação de Qualidade* (80%), do **ODS 6** – *Água Potável e Saneamento* (77%) e do **ODS 11** – *Cidades e Comunidades Sustentáveis* (71%). Já o **ODS 7** – *Energias Renováveis e Acessíveis* (61%) não foi praticamente priorizado entre os participantes.

Por outro lado, os participantes também priorizaram ODS que, segundo o Diagnóstico da Plataforma ODSlocal, não se destacam como tendo um desempenho negativo. Neste sentido, os participantes priorizam o reforço do **ODS 17** – *Parcerias para a Implementação dos Objetivos* (62%), o **ODS 3** – *Saúde de Qualidade* (59%), e do **ODS 15** – *Proteger a Vida Terrestre* (58%).

Forças e Fraquezas, Ameaças e Oportunidades do Douro

Perspetivando caminhos futuros para a sub-região, realizou-se uma análise SWOT, tendo sido solicitado aos participantes que debatessem e elessem os principais fatores de génese endógena (Forças e Fraquezas) e exógena (Oportunidades e Ameaças), tendo em vista o desenvolvimento sustentável no Douro.

Figura 8 –
Análise SWOT
(total das 4 mesas)

FORÇAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> ▪ PATRIMÓNIO MATERIAL E IMATERIAL (CULTURAL, HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO) ▪ PATRIMÓNIO NATURAL E PAISAGEM ▪ QUALIDADE DE VIDA E SEGURANÇA ▪ PRODUTOS ENDÓGENOS ▪ CAPITAL HUMANO 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ DESPOVOAMENTO E ENVELHECIMENTO ▪ FRACO MERCADO LABORAL ▪ MOBILIDADE (FALTA DE INTERMOBILIDADE) ▪ FRACA COMUNICAÇÃO & OFERTA CULTURAL ▪ EDUCAÇÃO (ESCOLARIDADE E ACESSIBILIDADE) ▪ FALTA DE COOPERAÇÃO & ASSOCIATIVISMO ▪ HABITAÇÃO (FRACA OFERTA E ESPECULAÇÃO) ▪ “ESTIGMA DE RESIDIR NO INTERIOR” ▪ CARÊNCIAS NA COBERTURA DIGITAL 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ VALORIZAÇÃO (PATRIMÓNIOS, PRODUTOS ENDÓGENOS) ▪ ENSINO SUPERIOR (FORMAÇÃO E COOPERAÇÃO) ▪ INVESTIMENTO EM ACESSIBILIDADES (FERROVIA E DIGITAL) ▪ COOPERAÇÃO REGIONAL E TRANSFRONTEIRIÇA ▪ TURISMO SUSTENTÁVEL ▪ MAIS INVESTIMENTO ▪ ELEVADOS APOIOS E INCENTIVOS POR PARTE DO MUNICÍPIO ▪ AGENDAS EUROPEIAS (SOLOS, FLORESTAS, BIODIVERSIDADE) ▪ CERTIFICAÇÃO CONTROLADA E PROTEGIDA 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS ▪ POLÍTICAS PÚBLICAS DESADAPTADAS (“REGIONALIZAÇÃO IMPOSTA”) ▪ DESINVESTIMENTO PÚBLICO ▪ TURISMO (EXPLORAÇÃO & PERDA) ▪ ESPÉCIES INVASORAS ▪ INCÊNDIOS ▪ PERDA SELO UNESCO ▪ DESERTIFICAÇÃO ▪ ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO/BAIXA NATALIDADE ▪ AUSÊNCIA DE AUSCULTAÇÃO DA POPULAÇÃO LOCAL ▪ INSTABILIDADE POLÍTICA

Entre os fatores **endógenos**, as **forças** mais destacadas e em evidência são o património natural e cultural, seguidas pela qualidade de vida e segurança dos habitantes neste território. Com menor expressão, foram ainda assinalados os produtos endógenos e o capital humano, valorizados enquanto ativos para o desenvolvimento local.

No sentido oposto, entre as **fraquezas**, surge destacadamente o fenómeno do despovoamento e envelhecimento; um fraco mercado laboral; carências na mobilidade perante a falta de transportes públicos e de ligações (incluindo entre concelhos); assim como uma fraca comunicação e oferta cultural. Segue-se, ainda com algum realce, a reduzida oferta educativa, concentrada nos maiores centros urbanos e distante de muitas localidades, a falta de cooperação interinstitucional e associativa e a reduzida oferta do parque habitacional. Por fim, foram referidas fraquezas como o preconceito baseado no ‘*estigma de viver no interior*’ e carências na cobertura digital do território.

Entre os fatores **exógenos**, sobressaem as **oportunidades** derivadas da valorização do património natural e cultural, tal como da marca “Douro” e dos produtos locais, bem como as mais-valias que poderão surgir da formação e cooperação com as Instituições de Ensino Superior (e seus polos descentralizados), assim como do reforço de investimento em acessibilidades, tanto no transporte público (intermodalidade, ferrovia) como na cobertura digital do território. Seguem-se, ainda com significativa expressão, as oportunidades associadas ao reforço da cooperação regional e transfronteiriça, e ao turismo sustentável. Por fim, foram referidas as oportunidades derivadas de um maior financiamento e investimento na sub-região, com o respaldo de diferentes agendas da União Europeia (incluindo as ambientais), e a adequada certificação dos produtos endógenos.

Em contraponto às oportunidades, as **ameaças** mais destacadas pelos participantes são os impactos das alterações climáticas, a continuidade de políticas públicas desadequadas e de desinvestimento público. No nível intermédio das escolhas, foi sublinhado como ameaça um modelo de exploração turística que degrada a paisagem e não gera mais-valias para as populações. Por último, e com menor expressão, foi referida a proliferação de espécies exóticas invasoras, os incêndios florestais, o risco de o Alto Douro Vinhateiro poder vir a ser desclassificado como património mundial (UNESCO), o despovoamento e envelhecimento da população, a falta de auscultação das populações e questões relativas à instabilidade política.

Notas Finais

Do conjunto de contributos e reflexões da Sessão Prospetiva realizada no Douro sublinham-se, por fim, algumas notas para o futuro.

No contexto do Douro Vinhateiro, foi salientada a importância de preservar a identidade da paisagem, assente na **policultura tradicional**, com a vinha associada a outras espécies culturais (como amendoeiras, oliveiras ou pereiras) incluindo ainda as áreas de vegetação natural autóctone, com benefícios ambientais e turísticos. Por outro lado, foi sublinhada a importância da aproximação do setor da produção vitivinícola à **agricultura biológica, biodinâmica, biodiversa** e foi destacada a necessidade de **profissionalização do setor**, abrangendo produtores e trabalhadores, tendo sido sugerida a **criação de cursos profissionais**, em todos os concelhos do Douro, dirigidos a estudantes, adultos e imigrantes.

Paralelamente, foi realçada a importância da **ligação entre ciência e sociedade**, e foi destacado o potencial da **educação enquanto via estratégica para o desenvolvimento** da sub-região, aproximando a população residente do seu património histórico, cultural e natural, tornando cada habitante num “**embaixador**” e defensor deste território. Adicionalmente, **o setor do turismo deve ser mobilizado para contribuir para a valorização do património natural, paisagístico e cultural do Douro**, em prol do desenvolvimento sustentável, sendo importante a **certificação ambiental** dos operadores, tendo sido ainda sugerida a aplicação de uma **taxa turística**, cujas mais-valias deveriam ser direcionadas para a proteção da paisagem e aumento da qualidade de vida das populações, melhorando infraestruturas e serviços públicos.

Outro dos destaques é a importância do reforço da **cooperação entre entidades** da CIMDOURO e apostar em **estratégias eficazes de coesão territorial**, tendo as políticas de acompanhar uma visão coletiva do território, resolvendo problemas e apontando caminhos e soluções para um futuro sustentável da sub-região. Salientou-se que às ameaças derivadas das **alterações climáticas** acrescem-se os riscos do **desordenamento do território e políticas desadequadas** que degradam o meio ambiente e a qualidade de vida dos habitantes - sendo a hiperconcentração de centrais fotovoltaicas um exemplo emblemático. Para inverter este cenário, são necessárias **políticas participativas e transparentes de mitigação e adaptação**, assim como um maior investimento na **educação, sensibilização e desenvolvimento de competências críticas** necessárias no Douro.

Para contrariar os principais fatores de despovoamento neste território, foi apontado **o reforço de medidas de incentivo** para atrair e reter tanto a população como as empresas, a necessidade de uma **maior e melhor oferta do mercado laboral e habitacional**, assim como **a valorização do património natural e cultural** da sub-região, através da formação de uma **marca territorial** e de uma **estratégia de comunicação** para desconstruir o ‘*estigma do Interior*’. Neste âmbito, foi defendida a importância de produzir materiais de comunicação que relatem a experiência de residir neste território, retratando em particular jovens provenientes de centros urbanos que tenham optado pelo interior.

Por outro lado, é de salientar o reconhecimento da importância das áreas protegidas e de Rede Natura 2000 nesta sub-região, e da salvaguarda dos seus valores naturais e paisagísticos, incluindo a sua relevância para o turismo. **O património natural e cultural é considerado o principal ativo estratégico para o futuro deste território**, seguindo-se outras mais-valias como **a qualidade de vida e a segurança**. Acresce ainda a valorização da **marca “Douro” e dos produtos locais**, encaradas como oportunidades estratégicas para o desenvolvimento da sub-região, contando com a formação e cooperação das Instituições de Ensino Superior (e seus polos descentralizados). Reforço ainda para o investimento em acessibilidades, tanto no transporte público (intermodalidade, ferrovia), como na cobertura digital do território.

Nesta reflexão prospetiva, priorizou-se a **consolidação do papel da Comunidade Intermunicipal**, fortalecendo a colaboração inter-institucional e a participação efetiva das comunidades locais, para potenciar e garantir a **adequação de políticas e a intransigência de poder político para a defesa do interesse público e do património natural e cultural do Douro**.



local

Plataforma Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

A [ODSlocal - Plataforma Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável](https://odslocal.pt) é uma iniciativa que visa mobilizar os municípios e outras entidades relevantes para a concretização, ao nível local, da Agenda 2030 das Nações Unidas. Integra ações de capacitação local e um portal online dinâmico que permite visualizar e acompanhar os progressos e contributos de cada município em relação aos ODS.



Mobiliza para os ODS

Envolve decisores políticos e técnicos municipais



Contribui para visões do futuro

Define metas, indicadores e estratégias de ação



Monitoriza e cria indicadores

Garante robustez científica e orientações da ONU



Mapeia Boas Práticas e Projetos

Identifica projetos e práticas em prol dos ODS



Estimula parcerias e ação para os ODS

Potencia colaboração intra e intermunicipal



Valoriza e divulga a Agenda 2030

Destaca sucessos e contribui para sua replicação



*ODSlocal
em Números*

140
Municípios
aderentes

170
Indicadores de
Referência

5 645
Boas Práticas
Municipais

1 981
Projetos locais

202 351
Visitantes
únicos

A Plataforma ODSlocal assenta numa parceria entre quatro entidades especializadas em sustentabilidade:



CNADS

Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável

Coordena o Projeto ODSlocal e contribui para a constituição de parcerias e projeção pública da Plataforma ODSlocal.



OBSERVA

Observatório de Ambiente, Território e Sociedade do ICS-ULisboa

Coordena os Indicadores de Referência, a divulgação da Plataforma para públicos diversificados, a dinamização de Sessões Prospetivas em territórios fronteiriços e co-coordena os Laboratórios Dinâmicos.



MARE

Centro de Ciências do Mar e do Ambiente

Atua na área da Governança e Literacia, com a co-coordenação dos Laboratórios Dinâmicos e a coordenação à escala local dos Laboratórios de Sustentabilidade e da exposição itinerante "ODS em Movimento".



2adapt

Serviços de Adaptação Climática

Responsável pela conceção e desenvolvimento do Portal ODSlocal; indicadores baseados em Sistemas de Observação da Terra, infografias, interoperabilidade entre portais e apoio aos municípios.

Saiba mais sobre a adesão em <https://odslocal.pt/como-aderir>

Visite-nos
www.odslocal.pt

Contacte-nos
info@odslocal.pt